



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

ESTRATÉGIA NACIONAL DO SISTEMA HUMANIZADO DE EXECUÇÃO PENAL - ENASEP

ATA DA 10ª REUNIÃO:

Participantes:

Dr. **Alexandre Berzosa Saliba**, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público;

Dra. **Andrea A. N. Paixão**, do Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – RECIVIL;

Dra. **Andrezza Duarte Cançado**, Membro Colaboradora do CNMP;

Dra. **Mara Fregapani Barreto**, do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJ;

Dr. **Renato Campos de Vitto**, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJ

Dr. **Alexandre Lima Raslan**, membro auxiliar do CNMP;

Dr. **Luis Geraldo Sant'Ana. Lanfredi**, Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ;

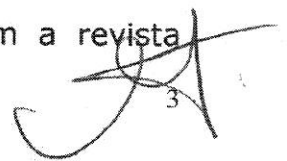
Dr. **Pedro Ivo de Sousa**, Promotor de Justiça do Estado do Espírito Santo;

Dra. **Mônica Nicida Garcia**, Subprocuradora-Geral da República;

Assessores e servidores das instituições acima mencionadas.

Aos cinco (05) dias do mês de agosto de dois mil e quinze (2015), às 10:00 horas, na sala 307 do CNMP, reuniram-se os integrantes da Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal – ENASEP. O Dr. Alexandre Saliba abriu os trabalhos falando que será a última reunião sob seu comando, haja vista que o seu mandato como Conselheiro do CNMP está no fim. Em seguida a Dra. Andrea Paixão falou sobre os resultados que vem sendo alcançados pelo Projeto Identidade Cidadã no Sistema Prisional, ressaltando o sucesso da iniciativa na Colmeia (DF) e em Goiânia. Estão programados também os Estados de Sergipe e Santa Catarina. Ato contínuo, Dr. Luis Geraldo Lanfredi falou a respeito das obras do Complexo Prisional de Canoas (RS), que prevê 2.808 (duas mil oitocentos e oito) novas vagas. Indagado a respeito das audiências de custódia, disse que até 09 de outubro de 2015, todos os Estados já terão implantado essa audiência preliminar. Ressaltou que os Procuradores-Gerais de Justiça assinaram um manifesto de que não irão aderir a nenhum termo de compromisso mas que participarão das audiências de custódia. Dr. Pedro Ivo, ressaltando seu posicionamento favorável às audiências de custódia, falou em defesa do Ministério Público Brasileiro, pontuando os seguintes argumentos: a) não é universal, pois concentra-se principalmente nas capitais; b) é feito em regime de plantão, o que onera os cofres públicos; c) tira os juízes de sua atividade judicante normal; d) embora haja vantagens na realização dessas audiências, o MP foi convidado, mas não foi envolvido na elaboração do projeto. Dr. Luiz Geraldo Lanfredi contestou os argumentos apresentados, admitindo algumas falhas, mas enaltecendo o projeto, que tem tido resultados positivos onde já foi implantado e que a Resolução virá para aparar as arestas. Dr. Renato de Vitto interveio em favor da realização das ditas audiências, dizendo que há um *feedback* favorável, inclusive nos MP's Estaduais onde o projeto tem sido implantado. Diz que, mesmo diante das dificuldades e resistências, do ponto de vista do DEPEN, nos últimos anos não foi feito nada tão auspicioso para o Sistema Prisional. Dr. Alexandre Saliba comentou que a ENASEP é fruto do Programa Segurança

sem Violência, assim como as audiências de custódia. Logo, é preciso deixar essa questão institucionalizada para que os próximos gestores deem continuidade, independente de quem esteja no comando. Dr. Pedro Ivo pediu a palavra para frisar que concorda com o posicionamento do Dr. Lanfredi e do Dr. Renato de Vitto e que é favorável à realização das referidas audiências. Apenas ponderou que no ato que a prevê, consta que a audiência será realizada com ou sem a presença do MP, o que causou resistência do referido órgão, além de outros pontos questionáveis. Dr. Luis Geraldo Lanfredi admitiu falhas, mas já que a implantação está ocorrendo, é importante que o MP apoie a iniciativa, apesar de tudo, para que se possa chegar ao ponto ideal. Dra. Mônica Nicida fez coro à fala do Dr. Lanfredi, dizendo que, se houve um alijamento do MP no início, hoje é o momento de regulamentar como o MP se fará presente nas audiências de custódia que já estão ocorrendo. Acredita que hoje não há divergência entre as instituições quanto ao mérito das audiências de custódia. São as questões práticas que estão travando a completa implantação desse espetacular projeto. O Ministério Público brasileiro tem que apoiar e dar condições materiais para que os membros possam trabalhar. O Dr. Alexandre Raslan pontuou que é importante se fazer um diagnóstico para saber os problemas de cada Estado para implantação do projeto. Sugeriu a aprovação de uma resolução conjunta entre CNMP e CNJ para regulamentar a matéria. Dra. Andrezza Cançado falou sobre as queixas dos promotores da ponta e da necessidade de tais questões práticas serem trabalhadas para a adequada implantação. Dr. Alexandre Saliba sugeriu aos presentes que a resolução conjunta preveja que, nos locais onde serão realizadas as audiências de custódia, seja oportunizada a participação do preso no projeto Identidade Cidadã no Sistema Prisional, o que foi aceito pelos presentes. Sobre o assunto controle de fluxo de pessoas e materiais, em razão da exiguidade do tempo, a discussão ficou adiada para o próximo encontro. Dra. Mara Fregapani disse que há projeto de lei em trâmite no Congresso para abolir a revista vexatória, do qual poderá falar um representante da SAL (Secretaria de Assuntos Legislativos). Informou que há Estados que aboliram a revista



3


vexatória e sugere trazer pessoas desses Estados para falarem sobre o assunto. Em seguida, Dr. Renato de Vitto pediu para registrar em ata seus elogios à atuação competente do Dr. Alexandre Saliba frente a ENASEP. Dra. Mônica Nicida também deixou registrado seus cumprimentos, elogiando a sensibilidade do Dr. Alexandre Saliba no trato da questão prisional e fez agradecimentos. Dra. Andrea Paixão igualmente deixou registrado seus agradecimentos e o parabenizou pelos trabalhos desenvolvidos. Dra. Andrezza Cançado e Dr. Pedro Ivo também registraram seus sinceros agradecimentos e fizeram votos de sucesso. Dr. Alexandre Saliba encerrou a reunião, agradecendo as palavras e a oportunidade de ter participado desse colegiado, ressaltando a importância das amizades que fez nessa caminhada e colocando-se à disposição de todos. Após várias manifestações e profícuas discussões, os integrantes da ENASEP chegaram aos seguintes **encaminhamentos**:

a) Fica registrado que as audiências de custódia estão dentro do Programa Segurança sem Violência e a ENASEP não só apoia, como também insta os seus integrantes a adotarem as medidas cabíveis para a sua total e exitosa implantação, com a edição de uma Resolução Conjunta.

b) O assunto controle de fluxo de pessoas e materiais nas unidades prisionais será tratado na próxima reunião, devendo a Dra. Mara Fregapani trazer um representante da SAL para falar sobre o projeto de lei em trâmite no Congresso.

c) A 11ª Reunião da ENASEP será marcada oportunamente. Encerrada a reunião às 12h, dela lavrou-se esta ata, que segue assinada pelo Conselheiro Alexandre Saliba.

Brasília, 05 de agosto de 2015.


CONSELHEIRO ALEXANDRE BERZOSA SALIBA
Conselho Nacional do Ministério Público